

**No. 35749**

---

**Brazil  
and  
Portugal**

**Agreement on the exchange of information in the field of telecommunications,  
supplementary to the Basic Agreement on technical cooperation between the  
Government of the Federative Republic of Brazil and the Government of the  
Portuguese Republic. Lisbon, 17 April 1999**

**Entry into force: 17 April 1999 by signature, in accordance with article 6**

**Authentic text: Portuguese**

**Registration with the Secretariat of the United Nations: Brazil, 18 June 1999**

---

**Brésil  
et  
Portugal**

**Accord relatif à l'échange d'informations dans le domaine des télécommunications,  
complémentaire à l'Accord de base relatif à la coopération technique entre le  
Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la  
République portugaise. Lishonne, 17 avril 1999**

**Entrée en vigueur : 17 avril 1999 par signature, conformément à l'article 6**

**Texte authentique : portugais**

**Enregistrement auprès du Secrétariat des Nations Unies : Brésil, 18 juin 1999**

[ PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS ]

AJUSTE COMPLEMENTAR AO ACORDO BÁSICO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA  
ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO  
DA REPÚBLICA PORTUGUESA RELATIVO AO INTERCÂMBIO  
DE INFORMAÇÕES NA ÁREA DAS TELECOMUNICAÇÕES

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República Portuguesa  
(doravante denominados “Partes Contratantes”),

Considerando o relacionamento privilegiado entre os dois Estados decorrente de razões históricas e culturais,

Reconhecendo o papel fundamental que a existência de comunicações eficientes desempenha no desenvolvimento econômico e social e no bem estar das populações,

Realçando o interesse de ambos os Estados no estreitamento da cooperação bilateral em matéria de telecomunicações e o bom relacionamento existente entre suas respectivas Administrações, consubstanciado no Memorando de Entendimento de 20 de julho de 1995, e na ata dos respectivos Ministros com responsabilidades setoriais que emanou da visita do Ministro das Comunicações do Brasil a Portugal em 27 de maio de 1997,

Sublinhando o papel relevante que os organismos de regulamentação das telecomunicações dos dois países assumem na promoção do seu desenvolvimento, em bases justas que garantam qualidade e universalização dos serviços,

Convencidos também de que o desenvolvimento das telecomunicações requer que se conte com amplas possibilidades de coordenação e cooperação internacional, e

Considerando os termos do Acordo Básico de Cooperação Técnica, celebrado entre ambas as Partes Contratantes, em Lisboa, em 7 de setembro de 1966,

Ajustam o seguinte:

**ARTIGO 1º**  
**Âmbito da Cooperação**

1. As Partes Contratantes estabelecem um mecanismo de cooperação técnica e institucional no setor das telecomunicações, com o objetivo de fazer progredir iniciativas voltadas para o intercâmbio de informações e de experiências, de conformidade com os marcos legais vigentes em cada país.

2. Para o cumprimento e implementação dos termos deste Ajuste Complementar, as Partes Contratantes designam a Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL), pelo lado brasileiro, e o Instituto de Comunicações de Portugal (ICP), pelo lado português, como seus Órgãos Executores.

**ARTIGO 2º**  
**Áreas de Desenvolvimento**

A cooperação a ser desenvolvida em virtude do presente Ajuste Complementar abrangerá as seguintes áreas, em particular:

- a) questões relacionadas com assuntos de regulamentação geral, nomeadamente:
  - estabelecimento e aplicação das legislações nacionais no domínio das telecomunicações, em especial os regimes de licenciamento de redes e serviços;
  - universalização de serviços;
  - qualidade de serviços;
  - tarifas e preços;
  - interconexão e interoperabilidade de redes;
  - utilização do espectro radioelétrico e princípios tarifários;
  - aprovação e reconhecimento mútuo de conformidade de equipamentos terminais de telecomunicações;
  - certificação de equipamentos e produtos;
  - procedimentos de outorga;

- troca de experiências em aspectos relacionados com a fiscalização;
  - portabilidade de números;
  - regulamentação do serviço telefônico fixo comutado;
  - telefonia sobre o protocolo Internet (IP);
  - uso de tecnologias sem fio para prestação de serviço telefônico fixo comutado (WLL e LMDS);
  - convergência entre serviços móveis e fixos;
  - infra-estrutura nacional e global da informação.
- b) troca de informações sobre posições nacionais a serem defendidas nas organizações internacionais de telecomunicações;
- c) estatutos, organização e atividades das duas entidades reguladoras;
- d) troca de experiências em matéria de regulamentação do setor nos dois países.

**ARTIGO 3.º**  
**Tipo de Cooperação**

1. A cooperação prevista neste Ajuste Complementar poderá ser realizada por meio do intercâmbio de informação e documentação, missões técnicas e estágios.
2. Como resultado das ações a desenvolver no âmbito deste Ajuste Complementar, poderão ser sugeridas propostas para cooperação mais estreita sobre matérias específicas, visando a promoção de uma atuação concertada das duas Administrações.

**ARTIGO 4.º**  
**Coordenação Geral**

1. A gestão e coordenação gerais da cooperação estarão a cargo de uma Comissão de Coordenação, composta de representantes de alto nível designados pelas Partes Contratantes, a qual se reunirá, em princípio, anualmente e de modo alternado nos países signatários.
2. Competirá à Comissão de Coordenação:
  - elaborar o calendário e a agenda das reuniões;

- promover a circulação da documentação e material de trabalho nos Órgãos Executores respectivos e entre eles;
- acompanhar o desenvolvimento da cooperação, procedendo inclusive ao exame de novas matérias que julgue oportuno incorporar a este instrumento.

**ARTIGO 5.º**  
**Divulgação de Informação**

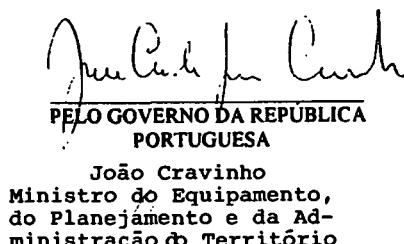
Todas as informações conhecidas ao abrigo do presente Ajuste Complementar serão consideradas confidenciais e não serão divulgadas a terceiros sem o acordo prévio, por escrito, da Parte Contratante em que as mesmas tenham origem.

**ARTIGO 6.º**  
**Disposições Gerais**

1. O presente Ajuste Complementar entrará em vigor com a sua assinatura e terá duração inicial de 1 (um) ano. Será automaticamente renovado, por períodos sucessivos de 1 (um) ano, salvo se qualquer uma das Partes Contratantes der a conhecer à outra, no mínimo 60 (sessenta) dias antes do término do período em curso, por escrito, pelos canais diplomáticos, sua decisão de denunciá-lo.
2. O presente Ajuste Complementar poderá ser modificado pelas Partes Contratantes, a qualquer momento, por escrito, pelos canais diplomáticos.

Feito em Lisboa, em 17 de abril de 1999, em dois exemplares originais, na língua portuguesa, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
FEDERATIVA DO BRASIL  
João Pimenta da Veiga Filho  
Ministro de Estado das  
Comunicações

  
PELO GOVERNO DA REPÚBLICA  
PORTUGUESA  
João Cravinho  
Ministro do Equipamento,  
do Planejamento e da Ad-  
ministração do Território

[TRANSLATION - TRADUCTION]

AGREEMENT ON EXCHANGES OF INFORMATION IN THE FIELD OF  
TELECOMMUNICATIONS, SUPPLEMENTARY TO THE BASIC  
AGREEMENT ON TECHNICAL COOPERATION BETWEEN THE GOV-  
ERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE  
GOVERNMENT OF THE PORTUGUESE REPUBLIC

The Government of the Federative Republic of Brazil

and

The Government of the Portuguese Republic (hereinafter referred to as the "Contracting Parties"),

Considering the special relationship between the two States deriving from historical and cultural reasons,

Recognizing the fundamental role that the existence of effective communications plays in economic and social development and in the well-being of peoples,

Emphasizing the interest of both States in expanding bilateral cooperation in the field of telecommunications and the good relationship that exists between their respective administrations, as attested to in the Memorandum of Understanding of 20 July 1995 and in the minutes of the respective Ministers responsible for telecommunications following the visit of the Minister of Communications of Brazil to Portugal on 27 May 1997,

Stressing the important role that the telecommunications regulatory bodies of the two countries play in promoting the development of the sector on a equitable basis that guarantees the quality and universalization of services,

Convinced also that the development of telecommunications requires the existence of broad opportunities for international cooperation and coordination, and

Considering the provisions of the Basic Agreement on Technical Cooperation signed between the two Contracting Parties at Lisbon on 7 September 1966,

Have agreed as follows:

*Article 1.*

SCOPE OF COOPERATION

1. The Contracting Parties hereby establish a mechanism for technical and institutional cooperation in the telecommunications sector with a view to promoting initiatives for the exchange of information and experience, in accordance with the legal framework in force in each country.

2. In order to comply with and implement the provisions of this Supplementary Agreement, the Contracting Parties hereby designate the National Telecommunications Agency (ANATEL) of Brazil and the Telecommunications Institute of Portugal (ICP), respectively, as their executing agencies.

*Article 2.*

AREAS OF EXECUTION

The cooperation to be carried out under this Supplementary Agreement shall cover the following areas, in particular:

(a) Questions related to general regulatory matters, such as:

Enactment and application of national legislation in the field of telecommunications, particularly regulations for the licensing of networks and services;

Universalization of services;

Quality of services;

Rates and prices;

Network interconnection and interoperability;

Use of the radio-electric spectrum and rate principles;

Approval and mutual recognition of compliance of telecommunications terminal equipment;

Certification of equipment and products;

Award procedures;

Exchanges of experience on aspects related to oversight;

Portability of numbers;

Regulation of switched fixed telephone services;

Telephone services using the Internet protocol (IP);

Use of wireless technology to provide switched fixed telephone services (WLL and LMDS);

Convergence between mobile and fixed services;

National and global information infrastructure;

(b) Exchanges of information on national positions to be defended in international telecommunications organizations;

(c) Statutes, organization and activities of the two regulatory bodies;

(d) Exchanges of experience with regard to the regulation of the sector in the two countries.

*Article 3.*

TYPE OF COOPERATION

1. The cooperation provided for in this Supplementary Agreement may be carried out through exchanges of information and documentation, technical missions and internships.

2. As a result of the activities to be carried out under this Supplementary Agreement, proposals may be made for closer cooperation on specific matters with a view to promoting concerted action by the two administrations.

*Article 4.*

**OVERALL COORDINATION**

1. The overall management and coordination of cooperation shall be entrusted to a Coordinating Committee, composed of high-level representatives appointed by the Contracting Parties, which shall, in principle, meet yearly, in each signatory country in turn.

2. The Coordinating Committee shall:

Draw up the timetable and agenda of meetings;

Promote the circulation of working materials and documentation within and between the executing agencies;

Monitor the progress of cooperation and even examine new issues that it deems appropriate to incorporate into this instrument.

*Article 5.*

**DISSEMINATION OF INFORMATION**

All information made known under this Supplementary Agreement shall be considered confidential and shall not be divulged to third parties without the prior written consent of the Contracting Party in which it originated.

*Article 6.*

**GENERAL PROVISIONS**

1. This Supplementary Agreement shall enter into force upon its signature and shall have an initial duration of one year. It shall be extended automatically for further one-year periods, unless one of the Contracting Parties informs the other in writing through the diplomatic channel, at least 60 days before the expiry of the current period of validity, of its decision to denounce it.

This Supplementary Agreement may be amended by the Contracting Parties at any time, in writing, through the diplomatic channel.

Done at Lisbon on 17 April 1999, in duplicate in the Portuguese language, both texts being equally authentic.

For the Government of the Federative Republic of Brazil:

JOÃO PIMENTA DA VEIGA FILHO  
Minister of State for Communications

For the Government of the Portuguese Republic:

JOÃO CRAVINHO  
Minister of Planning, Public Works and Territorial Administration

[TRANSLATION - TRADUCTION]

**ACCORD RELATIF À L'ÉCHANGE D'INFORMATIONS DANS LE DOMAINE DES TÉLÉCOMMUNICATIONS, COMPLÉMENTAIRE À L'ACCORD DE BASE RELATIF À LA COOPÉRATION TECHNIQUE ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE PORTUGAISE**

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et le Gouvernement de la République portugaise (ci-après dénommés les « Parties contractantes »),

Considérant la relation spéciale entre les deux États qui découle de raisons historiques et culturelles,

Reconnaissant le rôle fondamental que joue l'existence de communications bien conçues dans le développement économique et social et dans le bien-être des populations,

Soulignant qu'il y va de l'intérêt des deux États d'élargir la coopération bilatérale dans le domaine des télécommunications et l'existence de bonnes relations entre leurs administrations respectives, comme l'atteste le Mémorandum d'accord en date du 20 juillet 1995 ainsi que les comptes-rendus des Ministres des deux gouvernements chargés des télécommunications à la suite de la visite du Ministre des communications du Brésil au Portugal le 27 mai 1997,

Soulignant le rôle important des organismes chargés de la réglementation des télécommunications dans les deux pays dans la promotion du développement du secteur sur une base équitable garantissant la qualité et l'universalisation des services,

Convaincus d'autre part que le développement des télécommunications exige l'existence de vastes possibilités de coopération et de coordination au niveau international, et

Tenant compte des dispositions de l'Accord de base sur la coopération technique signé entre les deux Parties contractantes à Lisbonne le 7 septembre 1966,

Sont convenus de ce qui suit :

*Article premier. Portée de la coopération*

1. Les Parties contractantes établissent par le présent Accord un mécanisme de coopération technique et institutionnelle dans le secteur des télécommunications en vue de promouvoir des initiatives en matière d'échange d'informations et d'expérience, conformément au cadre législatif en vigueur dans chaque pays.

2. En vue de se conformer aux dispositions de l'Accord supplémentaire et de les mettre en oeuvre, les Parties contractantes désignent l'Agence nationale des télécommunications (ANATEL) du Brésil et l'Institut des télécommunications du Portugal (ICP), respectivement, comme leurs organes d'exécution.

*Article 2. Domaines d'exécution*

La coopération prévue dans le présent Accord supplémentaire couvrira les domaines ci-après, en particulier :

a) Les questions de réglementation en général, à savoir :

l'adoption et la mise en oeuvre d'une législation nationale dans le domaine des télécommunications, notamment la réglementation de l'octroi de licences aux réseaux et services ; l'universalisation des services ; la qualité des services ;

les barèmes et prix ;

l'interconnection et l'interaction des réseaux ;

l'utilisation des principes en matière de spectres radioélectriques et de tarifs ;

l'approbation et la reconnaissance mutuelle de la conformité du matériel des terminaux de télécommunications ;

la certification du matériel et des produits ;

les procédures d'attribution ;

les échanges d'expérience concernant les aspects liés à la supervision ;

la portabilité des numéros ;

la réglementation des services téléphoniques fixes commutés ;

les services téléphoniques utilisant le protocole internet (PI) ;

l'utilisation de technologie sans fil pour assurer les services téléphoniques fixes commutés (WLL et LMDS) ;

La convergence entre services mobiles et services fixes ;

l'infrastructure d'information nationale et globale ;

b) Les échanges de renseignements concernant les positions nationales à défendre dans les organisations de télécommunications internationales ;

c) Les statuts, l'organisation et les activités des deux institutions de réglementation ;

d) Les échanges d'expériences en ce qui concerne la réglementation du secteur dans les deux pays.

*Article 3. Type de coopération*

1. La coopération visée dans le présent Accord supplémentaire peut avoir lieu par l'en-tremise d'échanges de renseignements et de documents, de missions techniques et de stages.

2. À la suite des activités à mettre en oeuvre en vertu du présent Accord supplémentaire, des propositions peuvent être faites en vue d'assurer une coopération plus étroite dans des domaines spécifiques dans le but d'encourager l'action concertée des deux administrations.

*Article 4. Coordination globale*

1. La gestion et la coordination globales de la coopération seront confiées à un Comité de coordination composé de représentants de haut niveau nommés par les Parties contractantes et qui, en principe, tiendront des réunions annuelles, en alternance dans chacun des pays signataires.

2. Le Comité de coordination aura pour mission :

D'établir le calendrier et l'ordre du jour des réunions ;

De promouvoir la circulation des documents de travail entre les deux organes d'exécution ;

De suivre l'état d'avancement de la coopération et même d'examiner de nouvelles questions qu'il juge aptes à être incorporées dans cet instrument.

*Article 5. Diffusion des renseignements*

Tous les renseignements diffusés en vertu du présent Accord supplémentaire sont considérés comme confidentiels et ne seront pas divulgués à des tiers sans l'autorisation écrite préalable de la Partie contractante d'où ils proviennent.

*Article 6. Dispositions générales*

1. Le présent Accord supplémentaire entrera en vigueur à sa signature pour une durée initiale d'un an. Il sera prolongé systématiquement pour des périodes d'un an à moins que l'une des Parties contractantes n'informe l'autre par écrit et par la voie diplomatique, soixante jours au moins avant l'expiration de la période de validité en cours, de sa décision de le dénoncer.

Le présent Accord supplémentaire peut être modifié par les Parties contractantes à tout moment, par écrit et par la voie diplomatique.

Fait à Lisbonne le 17 avril 1999, en double exemplaire dans la langue portugaise, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement de la République fédérative du Brésil :

JOÃO PIMENTA DA VEIGA FILHO  
Ministre d'État aux communications

Pour le Gouvernement de la République portugaise :

JOÃO CRAVINHO  
Ministre de la planification, des travaux publics et de l'administration territoriale